



Cover

REVISÃO do Código da Contratação Pública – Principais Alterações

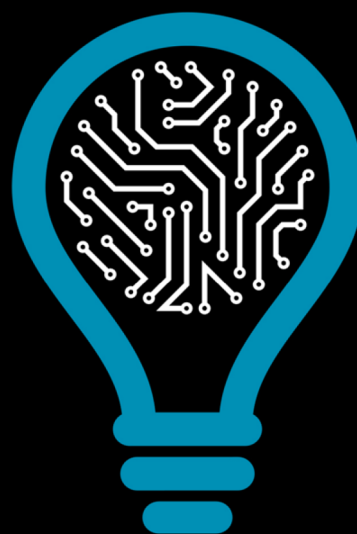
Apoio Jurídico

Porto

05 de dezembro de 2017



INSTITUTO DE ENGENHARIA
DE SISTEMAS E COMPUTADORES,
TECNOLOGIA E CIÊNCIA



Sub-Capa

REVISÃO DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

Entrada em vigor: 1 de janeiro de 2018

Linhas mestras:

- simplificação, desburocratização e flexibilização;
- adoção de medidas promotoras de transparência e boa gestão pública.

ÍNDICE

1. NOVA Tipologia dos Procedimentos de Contratação Pública e respetivos escalões
 - 1.1 Tipologia de Procedimentos – Novidades (artigo 20.º)
 - 1.2 Tramitação dos procedimentos – Novidades ao nível da consulta prévia
 - 1.3 Novo Procedimento – Parcerias para a Inovação – artigos 218.º-A a 218.º D
 - 1.4 Contratos com forte componente de inovação – artigo 301.º-A
2. Contratação por Lotes – artigo 46.º-A
3. Utilização de meios eletrónicos e de plataforma eletrónica
4. Especificações Técnicas dos Cadernos de Encargos

Click to add text – **Separator**

ÍNDICE (continuação)

- 5. Contratação Excluída
- 6. Adoção do Ajuste Direto – Critério Material -Investigação e desenvolvimento
- 7. Acumulados – artigo 113.º CCP
- 8. Gestor do Contrato artigo 299-A.º CCP

1. NOVA Tipologia dos Procedimentos de Contratação Pública e respetivos escalões

Aquisição ou Locação
de Bens Móveis e
Aquisição de Serviços

Ajuste Direto Simplificado – para contratos até ao valor contratual de € 5.000,00

Ajuste Direto – para contratos até ao valor contratual de € 19.999,99

Consulta Prévia – para contratos entre € 20.000,00 e € 74.999,99 com convite a, pelo menos, três entidades

Concurso Público ou concurso limitado por prévia qualificação sem publicação no JOUE – para contratos com valor entre € 75.000,00 e € 208.999,99

Concurso Público ou Concurso Limitado por Prévia Qualificação com publicação no JOUE – para contratos de valor igual ou superior a € 209.000,00

Empreitadas de
obra

Ajuste Direto Simplificado – para contrato de empreitada de obras até € 9.999,99

Click to add text – 1 column

1.1 Tipologia de Procedimentos

Novidades (artigo 20.º)

ANTES

AJUSTE DIRETO:

Convite a 1 ou mais entidades até ao limite de € 74.999,99.

DEPOIS

AJUSTE DIRETO – Para celebração de contratos até o valor de € 19.999,99.

O ajuste direto é o procedimento em que a entidade adjudicante convida diretamente uma entidade à sua escolha a apresentar proposta

CONSULTA PRÉVIA (Antigo Ajuste Direto) – Para a celebração de contratos de € 20.000,00 até € 74.999,99 com convite a, pelo menos, três entidades.

A consulta prévia é o procedimento em que a entidade adjudicante convida diretamente pelo menos 3 entidades à sua escolha a apresentar proposta, podendo com elas negociar os aspetos da execução do contrato a celebrar.

1.2 Tramitação dos procedimentos – Novidades ao nível da Consulta Prévia

- O procedimento de Ajuste Direto mantém a mesma sequência.
- No procedimento de Consulta Prévia, as fases passarão a ser:
 1. Decisão de Contratar
 2. **Nomeação do Júri**
 3. **Convite (a 3 entidades)** – prazo mínimo de 5 dias para apresentação das propostas.
 4. **Elaboração de Relatório Preliminar** – após a análise das Propostas, o Júri elabora um Relatório Preliminar fundamentado, no prazo de 3 dias, do qual conste a ordenação das propostas.
 5. **Audiência Prévia** – elaborado o Relatório Preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes, fixando um prazo mínimo de 3 dias para se pronunciarem por escrito.

1.2 Tramitação dos procedimentos – Novidades ao nível da Consulta Prévia

6. **Relatório Final** – cumprido o prazo para a audiência prévia, o júri elabora um Relatório Final fundamentado. No caso de terem sido feitas, em sede de audiência prévia, observações que conduzirão à alteração da ordenação das propostas ou exclusão das propostas, haverá lugar a nova audiência prévia, por um prazo mínimo de 3 dias.

7. **Decisão de Adjudicação** – prazo a definir pela entidade adjudicante para apresentação dos documentos de habilitação pelo fornecedor.

8. **Assinatura do Contrato**

9. **Publicitação no Portal Base**

Nota: No caso de apresentação de uma única Proposta, não se realizam as fases do Relatório Preliminar, Audiência Prévia e Relatório Final.

1.2 Tramitação dos procedimentos – Novidades ao nível da Consulta Prévia

Obrigatoriedade de existência de JÚRI:

- Todos os procedimentos, incluindo a consulta prévia, são conduzidos por um júri, composto em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos – 1 Presidente e 2 suplentes.
- No entanto, no caso da consulta prévia, o **órgão competente para a Decisão de Contratar pode decidir que os procedimentos sejam conduzidos pelos serviços da entidade adjudicante**, tendo os serviços que observar as mesmas regras aplicáveis ao júri.
- O júri pode ser dispensado no caso de ter sido apresentada apenas uma proposta.
- Os membros do Júri subscrevem uma **declaração de inexistência de conflitos de interesses**, de acordo com o modelo do CCP (Anexo XIII)

Click to add text – Column bullets + 2 Picture

1.3 Novo Procedimento – Parcerias para a Inovação

artigos 218.º A a 218.º-D

Escolha:

Artigo 31.º (ao contrário da Diretiva, o CCP não define inovação)

Para que serve? “bens, serviços ou obras inovadores **que não possam ser obtidos** mediante a aquisição de bens, serviços ou obras já disponíveis no mercado”

A Parceria para a Inovação pode ser adotada quando a entidade adjudicante pretenda a **realização de atividades de investigação e o desenvolvimento de bens, serviços ou obras inovadoras, ainda não existentes no mercado, tendo em vista a aquisição posterior, desde que estas correspondam aos níveis de desempenho e preços máximos previamente acordados entre aquela e os participantes na parceria. Artigo 218.ºA**

1.3 Novo Procedimento – Parcerias para a Inovação

artigos 218.º A a 218.º-D

3 FASES:

1.º Apresentação de candidaturas: podendo a seleção incluir a qualificação dos candidatos quando se trate do desenvolvimento de projetos dotados de especial complexidade. **218.º B – convite à apresentação de candidaturas**

2.º Apresentação de propostas de projetos de I&D: apresentação dos projetos dos candidatos selecionados. **218.º C – negociação das propostas de projetos de investigação e desenvolvimento**

3.º Celebração da parceria (com um ou com vários): a parceria deve ser estruturada por fases sucessivas com metas adequadas, podendo incluir a aquisição do bem, serviço ou obra – e prever o pagamento por fases (preços máximos previamente acordados).

Artigo 218.º D – Análise das propostas e celebração da parceria.

1.4 Contratos com forte componente de inovação – artigo 301.º-A

- Estes contratos baseiam-se na especificidade reconhecida em alguns contratos cujo objeto abranja prestações ligadas à inovação sob qualquer das suas formas, como os contratos emergentes de parcerias para a inovação, ou relativos à aquisição de serviços sociais, de saúde ou ensino, ou de serviços de investigação e desenvolvimento.
- Este contrato tem que as seguintes especificidades:
 - Possibilidade de definição das prestações contratuais por referência aos resultados a atingir sem, no entanto, haver garantia de obtenção dos mesmos;
 - Possibilidade de adoção de mecanismos de pagamento associados ao grau de obtenção dos objetivos e resultados, podendo dar origem a situações de ausência de remuneração, com ou sem reembolso dos valores despendidos, bem como a situações em que a remuneração apenas se torna certa após o final da execução das prestações do cocontratante;

Click to add text – 1 column bullets

1.4 Contratos com forte componente de inovação – artigo 301.º-A

- Nos casos de pagamento associado a resultados, devem ser elencados indicadores que permitam a quantificação do grau de obtenção dos mesmos e formas adequadas de o fazer;

- Previsão de faseamento adequado da execução do contrato, associada à medição do grau de obtenção dos objetivos;

- Adequada flexibilidade das prestações contratuais e dos indicadores de controlo dos resultados, respeitando os limites para as modificações objetivas através da previsão de cenários alternativos;

- Possibilidade de o contraente público pôr termo ao contrato, designadamente em fases intermédias de avaliação dos resultados, sem outra compensação além do pagamento dos valores despendidos com a tentativa de obtenção dos resultados.

Nota: O cálculo do valor do contrato a celebrar deverá ter em conta o valor das atividades de investigação e desenvolvimento que tenham lugar **em todas as etapas da parceria prevista**, bem como dos **bens, dos serviços ou das obras a serem desenvolvidos e adquiridos no final da parceria**.

14

Click to add text – 2 column

2. CONTRATAÇÃO POR LOTES – ART. 46.º-A

A regra passa a ser a adjudicação por lotes. O objetivo da divisão por lotes é permitir às PMEs participarem no mercado dos contratos públicos.

Na formação de contratos públicos de aquisição ou locação de bens ou aquisição de serviços superiores a 135.000,00 euros e empreitadas de valor igual ou superior a 500.00,00 euros tem sempre que existir divisão por lotes e a decisão de não sujeição a lotes tem de ser fundamentada.

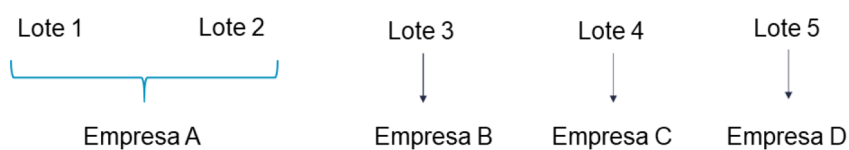
A fundamentação para a não sujeição do procedimento a lotes só pode acontecer em duas situações:

- a) Quando as prestações a abranger pelo respetivo objeto forem **técnica ou funcionalmente incindíveis** ou, não o sendo, da sua separação possa resultar grave inconveniente para a entidade adjudicante;
- b) ou **motivos de urgência ou por imperativos técnicos ou funcionais**, a gestão de um único contrato se revele mais eficiente para a entidade adjudicante.

2. CONTRATAÇÃO POR LOTES – ART. 46.º-A

Numa aquisição por lotes a entidade adjudicante, o INESC TEC, pode, por exemplo, **limitar o número de entidades concorrentes por cada lote** ou impedir que um concorrente classificado em primeiro lugar num determinado lote, possa concorrer a outro lote.

Essas limitações devem constar de convite ou programa do concurso, baseando-se em critérios objetivos e não discriminatórios.



3. Utilização de meios eletrónicos e de plataforma eletrónica

- De acordo com o artigo 115.º n.º 4 do Código revisto, o **Ajuste Direto e a Consulta Prévia** poderão continuar a ser tramitados por meios eletrónicos (por exemplo, por e-mail), não sendo obrigatória a utilização de plataforma eletrónica.
- Para o concurso público mantém-se a obrigatoriedade do recurso a plataforma eletrónica. A plataforma utilizada atualmente pelo INESC TEC é a **acinGov**, que disponibiliza menus de utilização em Português, Inglês e Espanhol.

Click to add text – 2 column bullets

4. Especificações Técnicas dos Cadernos de Encargos

O Código revisto insiste na **possibilidade** (não obrigatoriedade) de inclusão de cláusulas e/ou especificações técnicas, desde que relacionadas com a execução do contrato, **de natureza social ou ambiental**, ou que se destinem a favorecer:

- A aplicação de medidas de promoção da **igualdade de género** e da **igualdade salarial** no trabalho;
- O aumento da **participação das mulheres** no mercado de trabalho;
- A **conciliação da vida profissional com a vida familiar** e pessoal dos trabalhadores afetos à execução do contrato;
- A inclusão de **pessoas com deficiência** no mercado de trabalho.

Click to add text – **Column bullets + 1 Picture**

5. Contratação Excluída

Não se aplica a parte II do CCP (procedimentos pré-contratuais) à formação de contratos de **aquisição de serviços de investigação e desenvolvimento** abrangidos pelos códigos CPV referidos no anexo VIII do Código, desde que se verifiquem **cumulativamente** as seguintes condições:

- i) Os resultados obtidos com os respetivos serviços não revertam exclusivamente a favor da entidade adjudicante, para utilização no exercício da sua própria atividade;
- ii) O pagamento dos serviços em causa não seja integralmente suportado pela entidade adjudicante, designadamente por se tratar de projeto cofinanciado por fundos nacionais ou europeus.

CPV em causa:

73000000-2 Serviços de investigação e desenvolvimento e serviços de consultoria conexos / 73100000-3 Serviços de desenvolvimento experimental e de investigação / 73110000-6 Serviços de investigação. / 73111000-3 Serviços relacionados com laboratórios de investigação / 73112000 -0 Serviços de investigação marinha / 73120000-9 Serviços de desenvolvimento experimental / 73300000-5 Conceção e execução em matéria de investigação e desenvolvimento / 73420000-2 Estudo de pré-viabilidade e demonstração tecnológica / 73430000-5 Ensaio e avaliações.

Click icon to add – 1 Picture

6. Adoção do Ajuste Direto – Critério Material Investigação e desenvolvimento

- Pode ser adotado o critério material quando em causa estejam **serviços de investigação e desenvolvimento** que não sejam abrangidos pela contratação excluída do ponto 5. e cujo montante seja inferior a 209.000,00, para os contratos públicos de fornecimento de bens/prestação de serviços.
- Nas situações em que seja permitido o ajuste direto em função de critérios materiais, **deve ser adotado o procedimento de consulta prévia sempre que o recurso a mais de uma entidade seja possível e compatível com o fundamento invocado.**

Click icons to add – 4 Pictures

7. Acumulados de fornecedores – artigo 113.º CCP

Até à revisão do CCP, os acumulados podiam ser calculados em relação a cada fornecedor, **em função do objeto do contrato (prestações do mesmo tipo)**.

Por exemplo: **Fornecedor A**

INESC TEC compra ao fornecedor A, **computadores e software**.

Antes da revisão podíamos dividir os acumulados do seguinte modo:

Fornecedor A – computadores: € 50.000,00

– software : 60.000,00

O resultado da soma de ambos os montantes ultrapassava os € 74.999,99 (limite máximo para procedimentos de ajuste direto), mas como se tratava de prestações de tipo diferente, não existia qualquer problema.



Agora, isto não pode acontecer



7. Acumulados – artigo 113.º CCP

AGORA

Os acumulados no Novo Código **deixam ser calculados em função do objeto**, para passarem a **ser calculados em função do fornecedor**.

Exemplo:

Fornecedor A – vende computadores e software



A soma das compras de computadores e de software **não** pode ser superior a 74.999,99 euros, ou seja, **o fornecedor não pode ser convidado a apresentar proposta** num ajuste direto ou consulta prévia.

8. Gestor do Contrato – artigo 299-A.º CCP

- O Contraente Público, o INESC TEC, **deverá nomear sempre o gestor do contrato** responsável pelo **acompanhamento permanente da execução do contrato**, devendo o nome constar do contrato a celebrar.
- O gestor do contrato, **quando estejam em causa contratos com duração superior a 3 anos ou de elevada complexidade técnica ou financeira, deverá elaborar indicadores quantitativos e qualitativos adequados ao contrato**, que permitam **medir os níveis de desempenho e execução financeira, técnica e material do contrato**.
- No caso de o gestor **detetar desvios ou outras anomalias na execução do contrato** deve comunicá-las ao órgão competente, **apresentando um relatório do qual devem constar medidas corretivas**, podendo nele serem delegados poderes para a adoção das referidas medidas.